



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
SECRETARIADO EXECUTIVO

JOÃO ANTÔNIO TOMÉ VALERIANO
LUCAS FELIX DE MEDEIROS

O PAPEL DA ÉTICA E DA CONFIDENCIALIDADE NO TRABALHO DO
SECRETÁRIO EXECUTIVO EM AMBIENTES PÚBLICOS

RECIFE

2025

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

SECRETARIADO EXECUTIVO

JOÃO ANTÔNIO TOMÉ VALERIANO

LUCAS FELIX DE MEDEIROS

**O PAPEL DA ÉTICA E DA CONFIDENCIALIDADE NO TRABALHO DO
SECRETÁRIO EXECUTIVO EM AMBIENTES PÚBLICOS**

TCC apresentado ao Curso de Secretariado Executivo da Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, como requisito para a obtenção do título de graduação em bacharel.

Orientadora: Prof^ª. Karina Dias Lacerda da Costa

RECIFE

2025

JOÃO ANTÔNIO TOMÉ VALERIANO

LUCAS FELIX DE MEDEIROS

**O PAPEL DA ÉTICA E DA CONFIDENCIALIDADE NO TRABALHO DO
SECRETÁRIO EXECUTIVO EM AMBIENTES PÚBLICOS**

TCC apresentado ao Curso de Secretariado Executivo da Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, como requisito para a obtenção do título de graduação em bacharel.

Aprovado em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Karina Dias Lacerda da Costa (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^º. Renan Silva Ferreira (Examinador)
Universidade Senac

Prof^º. Ana Maria da Mota Sales de Souza (Examinador)
Universidade Federal de Pernambuco

O PAPEL DA ÉTICA E DA CONFIDENCIALIDADE NO TRABALHO DO SECRETÁRIO EXECUTIVO EM AMBIENTES PÚBLICOS

JOÃO ANTÔNIO TOMÉ VALERIANO
LUCAS FELIX DE MEDEIROS

RESUMO

O presente trabalho analisa o papel da ética e da confidencialidade na atuação do secretário executivo em ambientes públicos, ressaltando sua relevância para a legitimidade, eficiência e credibilidade da gestão pública. A pesquisa tem como objetivo compreender como esses princípios orientam a prática profissional, identificando desafios, dilemas e estratégias adotadas para assegurar condutas responsáveis diante de pressões internas e externas. O estudo fundamenta-se em uma revisão bibliográfica sobre ética geral, ética profissional, confidencialidade e gestão pública, aliada a uma pesquisa qualitativa de campo, realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com secretários executivos atuantes em órgãos estatais. Os resultados indicam que ética e confidencialidade são consideradas competências inegociáveis, essenciais para preservar informações estratégicas, fortalecer a integridade institucional e consolidar a confiança da sociedade nas instituições públicas. Constatou-se que os principais desafios enfrentados pelos profissionais estão na conciliação entre transparência e sigilo, na resistência de alguns agentes à prática ética e na ausência de uma cultura organizacional plenamente comprometida com valores de integridade. Em contrapartida, quando tais princípios são incorporados de forma efetiva, promovem benefícios como maior credibilidade institucional, ambiente organizacional justo e contribuição para a efetividade das políticas públicas. Conclui-se que o secretário executivo exerce papel estratégico na manutenção dos pilares éticos e no zelo pela confidencialidade, devendo estar permanentemente atualizado, capacitado e apoiado por políticas institucionais consistentes. A integração desses valores à cultura organizacional é apontada como condição essencial para o fortalecimento democrático e a promoção do bem comum.

Palavras-chave: Ética; Confidencialidade; Secretariado Executivo; Gestão Pública.

SUMMARY

This paper analyzes the role of ethics and confidentiality in the work of executive secretaries in public settings, highlighting their relevance to the legitimacy, efficiency, and credibility of public administration. The research aims to understand how these principles guide professional practice, identifying challenges, dilemmas, and strategies adopted to ensure responsible conduct in the face of internal and external pressures. The study is based on a literature review on general ethics, professional ethics, confidentiality, and public administration, combined with qualitative field research conducted through semi-structured interviews with executive secretaries working in state agencies. The results indicate that ethics and confidentiality are considered non-negotiable competencies, essential for preserving strategic information, strengthening institutional integrity, and consolidating public trust in public institutions. It was found that the main challenges faced by professionals lie in balancing transparency and confidentiality, the resistance of some agents to ethical practice, and the lack of an organizational culture fully committed to values of integrity. Conversely, when these principles are effectively incorporated, they promote benefits such as greater institutional credibility, a fair organizational environment, and a contribution to the effectiveness of public policies. It can be concluded that the executive secretary plays a strategic role in maintaining ethical pillars and ensuring confidentiality, and must be continually updated, trained, and supported by consistent institutional policies. The integration of these values into the organizational culture is considered an essential condition for strengthening democracy and promoting the common good.

Keywords: Ethics; Confidentiality; Executive Secretariat; Public Management

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
2. Ética: conceitos gerais	8
2.1 Ética profissional.....	9
3. A Ética e o Secretariado Executivo	10
4. Confidencialidade.....	11
5. A importância dos princípios éticos na gestão pública	12
6. METODOLOGIA.....	14
6.2. Universo da pesquisa e seleção dos participantes.....	16
7. ANÁLISE DE RESULTADOS	17
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	23
REFERÊNCIAS	25

1. INTRODUÇÃO

A ética, entendida como ramo da filosofia, acompanha a humanidade desde a Antiguidade, sendo um guia para as ações humanas em busca do bem coletivo. Para Aristóteles (1991), a ética está relacionada à vida virtuosa e à busca do equilíbrio entre o indivíduo e a sociedade, constituindo a base da convivência justa. Nesse mesmo sentido, Cortella (2010, p. 27) diferencia ética e moral, afirmando que “a moral é um conjunto de normas, princípios e valores de um grupo social, enquanto a ética é a reflexão crítica sobre essas normas e valores”.

Nesse contexto, as organizações são instâncias sociais que exigem padrões éticos bem definidos. A confiança da sociedade em instituições depende, em certa medida, da conduta ética de seus profissionais, especialmente daqueles que atuam em funções estratégicas e com acesso a informações sensíveis. Neste cenário que se insere o profissional de secretariado executivo, cuja atuação exige, além de competências técnicas, um compromisso constante com a ética e a confidencialidade.

A ética atrelada à confidencialidade são competências essenciais para o profissional de Secretariado exercer suas atividades dentro das organizações, fundamentos que ficam evidenciados já na grade curricular do curso de bacharelado de Secretariado Executivo, fazendo-se notórias as abordagens sobre as exigências éticas e a confidencialidade deste profissional agindo em instituições privadas. Contudo, é o que nos inquieta, é que pouco se percebe quanto a relevância do mesmo em suas atuações no sistema público.

Nessa perspectiva, para as instituições públicas, a atuação do Secretário Executivo exige não apenas habilidades técnicas e organizacionais, mas também um sólido compromisso com os princípios éticos e com a confidencialidade das informações. Essa função, por estar frequentemente ligada à gestão de processos administrativos, comunicação institucional e apoio direto à alta administração, envolve o manuseio de dados sensíveis e decisões estratégicas que requerem discrição, integridade e responsabilidade ética. Deste modo, cientes da importância atribuída à ética profissional e à preservação do sigilo institucional, discutiremos sobre a relevância na compreensão prática de como esses princípios éticos são efetivamente aplicados no cotidiano da profissão e como sua ausência pode ser um fator de crise.

Este trabalho tem como objetivo esclarecer os princípios éticos e as exigências de confidencialidade que orientam a atuação do Secretário Executivo em instituições públicas, destacando sua relevância para a qualidade dos serviços prestados. Busca-se compreender de que forma esses valores influenciam a prática profissional, especialmente diante de dilemas como a manipulação de informações, conflitos de interesse e o cumprimento dos princípios da administração pública. Assim, o estudo pretende contribuir para a formação e o aprimoramento desse profissional, reforçando a importância da ética e da confidencialidade como pilares para uma gestão pública transparente, eficiente e confiável. Para alcançar tais objetivos propostos, foi utilizada a pesquisa bibliográfica utilizando o pensamento de Silva (2014) e Rodrigues e Oliveira (2012) sendo pertinente a fim de pontuar os conceitos gerais da ética. Como também Andrade (2017) e Sá (2000) trazendo suas contribuições acerca da ética profissional. Outrossim, conceituando a ética para o Secretário Executivo, utilizou-se o trabalho de Bortolotto e Willers (2007), em diálogo com as ideias de Souza (2007). Ademais, vários outros importantes autores foram utilizados para compor este trabalho, nomes como Gonçalves *et al.* (2024), Gil (2017), Cohen (2008), etc. Nomes pelos quais trouxeram contribuições que embasam o trabalho e dão suporte para o desenvolvimento da pesquisa de campo. Uma pesquisa qualitativa, com o desenvolvimento de um questionário com 7 (sete) perguntas pertinentes ao tema proposto - ética e confidencialidade na prática secretarial em ambiente público. Que, por conseguinte, foi enviada para os(as) Secretários(as) a serem entrevistados, através de seus WhatsApps e E-mails, que prontamente contribuíram de forma eficaz com a resolução das perguntas e, conseqüentemente, com o desenvolvimento deste artigo.

Seguindo essa linha de pensamento, o artigo discute as implicações éticas na atuação do Secretariado Executivo no setor público e as estratégias para assegurar a confidencialidade e a conduta profissional adequada. Para tanto, foi estruturado em oito seções e duas subseções, abrangendo: introdução; conceitos de ética, ética profissional e ética no secretariado; noções de confidencialidade e sigilo; princípios éticos na gestão pública; metodologia e universo da pesquisa; análise dos resultados; e, por fim, as considerações finais, que apresentam as conclusões acerca dos objetivos do estudo.

2. Ética: Conceitos

A ética, ainda que sua origem seja na Antiguidade, para Silva (2014), pode-se vê-la presente e atuante em diversas situações contemporâneas, sob variados aspectos e segmentos da sociedade; seja em juramentos, em escolas, igrejas, política, trabalho, assim como nos valores, anseios e condutas sociais de modo geral. Ainda segundo Silva (2014), ela pode ser entendida como um conjunto de valores, normas e princípios que orientam o comportamento humano na sociedade e são essenciais para construir relacionamentos baseados no respeito, na responsabilidade e na convivência harmoniosa. Está diretamente relacionada à reflexão sobre as ações e escolhas dos indivíduos, tanto pessoal quanto profissionalmente, visando estabelecer parâmetros que definem o que é certo ou errado em uma determinada situação. De acordo com Rodrigues e Oliveira (2012), a ética desempenha um papel crucial na manutenção do equilíbrio social e das relações interpessoais ao conscientizar sobre a importância de agir de maneira justa, coerente e alinhada com os valores coletivos.

Segundo Nalini (2009), a ética pode ser classificada como uma disciplina normativa, mas não por criar normas, e sim por descobrir e explicar tais regras sociais, para que as pessoas possam entender como os valores e princípios podem, e devem, nortear sua existência. Assim, como pontua o autor, a ética pode desenvolver e aprimorar os princípios éticos percebidos no comportamento social e na conduta humana. Nesse sentido, pode-se afirmar que a tarefa da ética é trazer a razão reflexiva para as pessoas, fazendo com que estas cresçam em conhecimento de si mesmas, alcançando assim liberdade e autonomia (Cortina, 2000, p. 19).

A partir destas definições, Silva (2014) conclui que, desde os primórdios da humanidade até o período atual, permeando todas as fases da história, a principal função da ética é trazer luz para o comportamento humano. Servindo como parâmetro na existência dos “padrões” aceitos pela maioria, minimizando os conflitos e, consequentemente, facilitando o convívio social.

2.1 Ética profissional

A ética profissional pode ser definida pelo alinhamento dos padrões éticos da sociedade atrelado às normas, regimentos e cultura interna da empresa para o bom convívio e andamento dos processos de trabalho (Andrade, p. 32, 2017). A postura ética tem se tornado cada vez mais uma característica do interesse das grandes

organizações, pois a ausência da mesma traz inconsistências para o ambiente profissional como a desconfiança e a falta de lealdade dos colaboradores, elementos esses que são fatores essenciais para manter uma organização na competitividade do mercado. Segundo Andrade (2017), é a ética profissional que pode proporcionar a prática diária da honestidade e da confiabilidade no comportamento do profissional, muitas vezes recompensando o funcionário, não só por exercer seu trabalho, mas também por sua conduta exemplar.

A ética deve orientar o profissional na busca por respeito e credibilidade no desempenho de suas atividades. Conforme destaca Sá (2000, p. 138), “A profissão, portanto, que pode ser dignificada por uma atuação correta e eficiente, também pode sofrer desvalorização diante de comportamentos inadequados e da violação de princípios éticos”. Essa afirmação evidencia a relevância de se atuar profissionalmente de acordo com normas éticas de conduta.

A importância da ética profissional vincula-se à proteção dos profissionais e clientes, uma vez que esclarece as responsabilidades do profissional e aperfeiçoa seu perfil. Ela motiva e inspira os praticantes. Orienta uma conduta aceitável e melhora a consistência e a qualidade das questões éticas (Otalor; Eiya, 2013).

Ao considerar a profissão como uma atividade que contribui para o bem-estar da sociedade, espera-se que o profissional seja alguém capacitado, com experiência e domínio técnico e científico para desempenhar suas funções. Dessa forma, o exercício profissional, por essência, deve estar alinhado a princípios éticos. O desempenho das atividades deve refletir qualidade, tanto no aspecto moral quanto no técnico. Um dos objetivos de um código de ética profissional, portanto, é a formação da consciência profissional sobre padrões de conduta pessoal e interpessoal de cada empregado da organização (Lisboa 1997, pp. 58-59).

3. A Ética e o Secretariado Executivo

Conforme Bortolotto e Willers (2001), o que orienta a ação dos profissionais é o código de ética da profissão, o qual existe para regular os deveres e regras profissionais, fazendo valer aquilo que também é conhecido como ética profissional. Ainda segundo os autores, o Secretário não atua diferente disso, pois, por estar frequentemente exposto a situações que podem o levar a cometer erros, faz-se necessário que o profissional de Secretariado tenha sólidos princípios éticos,

amenizando os riscos que as pressões internas e externas que o envolvem no decorrer de sua função podem causar.

Contudo, não será sempre que esses códigos e regulamentos irão atender as exigências das condutas éticas em algumas circunstâncias específicas, como pontua Camargo (1999, p. 34). É nesse sentido que Bortolotto e Willers (2001, p. 53) afirma:

Assim sendo, o profissional deve ter sólidos princípios éticos, pois está exposto a todo o momento, a situações que o leve a cometer deslizes éticos em função de eventuais pressões internas e externas inerentes ao seu mundo de trabalho. (2001, p. 53).

Para tanto, é essencial que o secretário mantenha sua postura ética quanto a sua conduta moral dentro e fora da instituição, para que, naturalmente, este posicionamento lhe garanta um nível de confiabilidade maior em seus relacionamentos profissionais, podendo apontar que a auto-estima, valor e *status* profissional estão intrinsecamente ligados ao comportamento organizacional do secretário executivo, como afirma Souza (2007, p. 5). Nesse sentido, Silva (2014) contribui afirmando ser indispensável o profissional de secretariado agir em conformidade com a ética em todas as situações, como também lidando com todas as pessoas, devendo agir de acordo com a missão da empresa. Pois, como continua a autora, honestidade e clareza são umas das características imprescindíveis ao perfil desta profissão. Percebe-se, assim, que o profissional de secretariado, necessariamente, precisa atuar honestamente, com clareza em suas ações e falas, para dessa forma evitar deslizes antiéticos que podem baixar seu status de confiabilidade na organização.

4. Confidencialidade

A capacidade de determinado indivíduo de obter consigo informações sigilosas, dentro ou fora do âmbito profissional, aumenta em si o nível de confiabilidade, que fortalece seus vínculos éticos de confiança, essenciais para suas relações pessoais e profissionais. Afirmado por Cohen (2008), o sigilo pode separar a sociedade em dois grandes grupos: aqueles que são confiáveis a quem podemos expor intimidades e aqueles que não podemos confiar segredos. Desse modo, compreende-se que a confidencialidade também se conecta ao agir ético do indivíduo e das organizações, sendo um compromisso assumido de forma responsável, que se

estende além das obrigações legais e se torna indispensável para sustentar relações de confiança nos mais diversos ambientes (Frunza, 2011).

O princípio da confidencialidade implica reconhecer que o sigilo é um direito fundamental dos indivíduos, devendo-se utilizar informações pessoais apenas mediante consentimento livre, esclarecido e informado, em conformidade com a legislação vigente sobre proteção de dados e os códigos éticos da profissão. Também é essencial comunicar claramente às pessoas, instituições e demais profissionais as condições e os limites que regem o dever de sigilo profissional (APSS, 2019, pp. 11-12). Esse princípio envolve, de um lado, a adoção de medidas práticas que garantam a privacidade e a proteção das informações pessoais, e de outro, a responsabilidade de manter a confidencialidade (Dolgoff, Loewenberg & Harrington, 2009).

Nas relações de trabalho, é comum que funcionários ocupem cargos que lhes dão acesso a informações sigilosas da empresa. Diante da possibilidade de que, ao serem desligados, esses profissionais utilizem tais dados em benefício próprio ou de empresas concorrentes, os empregadores costumam adotar a prática de exigir a assinatura de acordos de confidencialidade.

A legislação trabalhista brasileira, especificamente no artigo 482, alínea 'g', da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), prevê a violação de segredo da empresa como uma das justificativas para a demissão por justa causa. Questões envolvendo o uso indevido de informações confidenciais são frequentemente discutidas em processos trabalhistas, especialmente em ações decorrentes de vínculos empregatícios.

Além das obrigações contratuais básicas, espera-se que o trabalhador atue com lealdade e boa-fé, cumprindo o dever de manter sigilo sobre dados estratégicos da organização. Tais princípios visam proteger o empregador contra práticas desleais por parte do empregado, tanto durante quanto após o vínculo empregatício. A confidencialidade, nesse sentido, funciona como uma salvaguarda para os segredos comerciais da empresa (LANG, 2003).

5. A importância dos princípios éticos na gestão pública

A ética na gestão pública exige coerência e responsabilidades diante da sociedade, indo muito além de interesses privados que podem comprometer a integridade das instituições, evitando uma política pautada pela conveniência

individual como uma justificativa de práticas contrárias ao bem coletivo (Cortella; Barros Filho, 2014). Neste sentido, é através da ética que a administração pública pode construir bases sólidas para uma gestão responsável e transparente com os interesses públicos.

A confiança da sociedade nas instituições governamentais está diretamente ligada aos princípios éticos existentes na gestão pública. Segundo Gonçalves *et. al.* (2024, p. 6):

Destaca-se também a importância da ética na gestão pública para o fortalecimento da confiança e da pensão das instituições, ou seja, um ambiente propício para o desenvolvimento e a continuidade das atividades governamentais. Quando a gestão pública é ética, os cidadãos têm mais confiança nas instituições, o que ajuda a fortalecer sua legitimidade e sustentabilidade ao longo do tempo.

Apesar das diferentes abordagens adotadas pelas correntes éticas, todas compartilham a intenção de compreender a moral humana a partir de valores e fundamentos. Nesse contexto, princípios como liberdade, responsabilidade, compromisso, equidade e justiça social assumem papel central nas diretrizes éticas atuais, refletindo-se diretamente nos padrões sociais. Os dilemas éticos envolvem escolhas entre o que é considerado certo ou errado, cujas implicações podem afetar tanto indivíduos quanto coletivos.

No campo das políticas públicas, conforme Bardach (2009), o foco principal de análise está na promoção do bem-estar e na melhoria da qualidade de vida da população. Esse processo, bem como seus resultados, envolve múltiplos atores e interesses diversos. Ao refletir sobre a organização da sociedade, a dimensão política torna-se evidente, não apenas por sua função administrativa e governamental, mas por colocar o ser humano no centro das decisões. Bini (1996) aponta que, justamente por isso, a política está intimamente ligada à ética e à ontologia. A ética, nesse cenário, torna-se uma ferramenta essencial para o progresso social mais justo e equilibrado. Entretanto, esse avanço só é possível com o fortalecimento de instituições capazes de responder de forma adequada a desafios econômicos, sociais e políticos.

Diante disso, é papel do Estado implementar ações que promovam o bem coletivo, sustentadas por estruturas institucionais sólidas. Quando as instituições atuam de maneira justa, evitam-se práticas que favorecem grupos específicos em detrimento do interesse público. Mattos (2008, pp. 612-613) defende a criação de um novo humanismo, compreendido como uma escolha consciente do ser humano pela

construção racional e igualitária do convívio social. Embora essa proposta possa parecer distante, é ao mesmo tempo necessária e plenamente possível.

6. METODOLOGIA

Para o desenvolvimento deste estudo, adotou-se uma abordagem qualitativa, uma vez que o objetivo central consistiu em compreender de forma aprofundada a percepção dos profissionais sobre ética e confidencialidade na prática do Secretariado Executivo no setor público. Como técnica de coleta de dados, foi utilizado um questionário estruturado com questões abertas, permitindo maior liberdade nas respostas e possibilitando captar nuances da experiência profissional dos participantes.

O público-alvo da pesquisa foram profissionais de Secretariado Executivo atuantes em instituições públicas, especialmente em prefeituras e Tribunais de Contas Estaduais (TCEs). A escolha desse universo justifica-se pela relevância desses órgãos no contexto da gestão pública e pela necessidade de avaliar como a ética e a confidencialidade se manifestam no cotidiano do exercício profissional nesses ambientes.

Segundo Gil (2017), a pesquisa bibliográfica é realizada a partir de materiais já publicados, como livros, artigos científicos, dissertações e outros documentos, sendo indispensável para embasar teoricamente qualquer investigação e fornecer uma compreensão ampla do problema analisado. Tal elemento foi crucial para o desenvolvimento do presente artigo, considerando a complexidade que envolve os conceitos teóricos éticos, fez-se necessário o levantamento e análise de conteúdo bibliográfico para o enriquecimento do trabalho.

Por conseguinte, após o embasamento teórico, pode-se elaborar um formulário através do Word para o levantamento de dados em campo junto às Secretarias. Segundo Creswell (2021), a pesquisa qualitativa adota diversas abordagens filosóficas, estratégias investigativas e métodos para coleta, análise e interpretação dos dados, embora seus processos sejam semelhantes aos de outros tipos de pesquisa, os procedimentos qualitativos se baseiam em dados textuais e de imagem, possuem etapas específicas na análise dos dados e na compreensão de fenômenos

sociais e humanos por meio de dados não numéricos, como entrevistas buscando explorar significados e experiências (Creswell, 2021). Por sua vez, Flick (2008) descreve a pesquisa qualitativa como especialmente importante para o estudo das relações sociais, considerando a disseminação de diferentes contextos, experiências da vida e particularmente útil para explorar fenômenos que envolvem a subjetividade, as experiências individuais e as percepções dos participantes, oferecendo uma compreensão mais rica e contextualizada da realidade social. O método qualitativo se distingue do quantitativo não apenas por não utilizar ferramentas estatísticas, mas também pela abordagem na coleta e análise dos dados, a metodologia qualitativa foca em analisar e interpretar aspectos mais profundos, visando descrever a complexidade do comportamento humano, ela oferece uma análise detalhada sobre investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamento, entre outros (Lakatos e Marconi, 2007).

A partir disto, encaminhou-se o questionário desenvolvido com 7 (sete) perguntas principais pertinentes ao tema propostos, visando alcançar os objetivos previamente definidos, conforme tabela abaixo:

Tabela 1- Perguntas realizadas às entrevistadas

PERGUNTAS	OBJETIVO
Quais são os principais desafios éticos que um secretário executivo pode enfrentar em um ambiente público e como eles podem ser abordados de forma eficaz?	Entender a vivência das servidoras ao lidarem com os desafios no ambiente público.
Como a confidencialidade pode ser mantida em um ambiente público onde a transparência é fundamental?	Perceber a relação entre confidencialidade e transparência.
Quais são as implicações de uma violação da confidencialidade?	Compreender as consequências de não seguir as exigências de confidencialidade.

Quais são as práticas para um secretário executivo garantir a ética e a confidencialidade em suas interações com superiores, colegas e clientes em um ambiente público?	Visualizar e definir as ações éticas e confidenciais utilizadas no relacionamento interno e externo do Secretariado.
Como a ética e a confidencialidade podem ser integradas na cultura organizacional de uma instituição pública e quais são os benefícios disso?	Entender a percepção dos secretários quanto aos benefícios da ética e da confidencialidade.
Quais são as consequências de uma falha na prática da ética e da confidencialidade por parte de um secretário executivo em um ambiente público e como isso pode afetar a reputação da instituição?	Compreender quando as falhas éticas e confidenciais podem resultar em uma má reputação da instituição.
Como você enxerga a importância da ética e da confidencialidade na sua atuação profissional?	Destacar a percepção dos entrevistados quanto à relevância do tema proposto.

Fonte: Os autores, (2025).

Portanto, dentre as opções da pesquisa qualitativa foi adotada uma revisão bibliográfica que é caracterizada por permitir conhecer as informações já existentes sobre um assunto; mapear; discutir; interpretar e analisar discussões acadêmicas, ajudando a situar a pesquisa no contexto do que já foi produzido e a encontrar lacunas que justifiquem a realização do estudo.

6.2. Universo da pesquisa e seleção dos participantes

Para a construção deste trabalho, optou-se pela realização de entrevistas semiestruturadas como método central de coleta de dados. Essa escolha se justifica pelo caráter qualitativo da pesquisa, que busca compreender de maneira aprofundada as experiências, percepções e práticas profissionais de secretários executivos atuantes no setor público. A entrevista, enquanto instrumento metodológico, permite

captar nuances subjetivas e contextuais que dificilmente seriam reveladas por meio de outros métodos mais rígidos ou quantitativos.

As entrevistas foram realizadas de forma online, utilizando plataformas digitais acessíveis e seguras, como o E-mail e Whatsapp. Essa modalidade foi escolhida por sua praticidade, por permitir a participação de profissionais localizados em diferentes cidades e, principalmente, por respeitar as condições de tempo e deslocamento tanto dos entrevistadores quanto dos entrevistados. Além disso, a comunicação online tornou-se amplamente incorporada ao cotidiano profissional, inclusive na rotina do próprio secretário executivo, o que confere coerência à escolha do meio.

Os participantes foram selecionados intencionalmente, considerando critérios como formação acadêmica na área de Secretariado Executivo, atuação prática no setor público e disponibilidade para participar da entrevista. O contato inicial foi feito por e-mail e redes profissionais, mediante convite formal e envio do termo de consentimento livre e esclarecido, assegurando o respeito às normas éticas da pesquisa científica.

As perguntas elaboradas abordaram temas centrais do trabalho, como a ética profissional, a confidencialidade nas relações de trabalho, os desafios enfrentados no cotidiano e a percepção sobre a relevância do secretário executivo dentro das organizações públicas. A estrutura semiestruturada das entrevistas permitiu flexibilidade nas respostas, garantindo ao entrevistado liberdade para discorrer sobre sua realidade, ao mesmo tempo em que assegurava foco nas questões norteadoras do estudo. Esta etapa metodológica foi fundamental para aproximar a teoria da prática, permitindo visualizar como os princípios éticos e o dever de confidencialidade se manifestam no dia a dia desses profissionais. Por meio das falas dos entrevistados, torna-se possível compreender com maior profundidade as vivências reais que sustentam os argumentos e reflexões apresentados neste trabalho. Em outras palavras, as entrevistas não apenas ilustram, mas também validam empiricamente a relevância do secretário executivo como agente ético e estratégico dentro da administração pública.

7. ANÁLISE DE RESULTADO

Foram entrevistados profissionais de secretariado com formação completa, todos atuantes na área secretarial como servidores, para preservar a identidade dos

participantes, foram utilizados códigos de identificação, variando de E1 a E3. O roteiro aplicado na entrevista contou com perguntas supra citadas cujas respostas fundamentaram a análise na sequência.

No que diz respeito aos princípios éticos na atuação profissional, os entrevistados foram questionados sobre os principais desafios éticos que um secretário executivo pode enfrentar em um ambiente público e como esses desafios podem ser abordados de forma eficaz. Conforme E1:

Atuar como secretário executivo exige constante atenção aos desafios éticos que permeiam a função. Entre os principais, destacam-se a pressão por favorecimentos indevidos, embora nunca a tenha sofrido; o conflito de interesses, o uso indevido de informações privilegiadas e a convivência com condutas antiéticas dentro da própria estrutura administrativa. Esses desafios podem ser enfrentados com uma postura de integridade, o respeito às normas legais e éticas da Administração Pública e a promoção de uma cultura organizacional orientada por valores. Capacitações frequentes, fortalecimento dos mecanismos de controle interno (até mediante reuniões estratégicas com pelo menos três pessoas) e a existência de canais seguros (ouvidoria) para denúncias são estratégias eficazes para enfrentar essas situações.

No entanto, alguns participantes relataram que práticas antiéticas ainda persistem na esfera pública, uma vez que determinados setores, ao buscarem atingir seus objetivos, acabam desconsiderando valores éticos fundamentais. Conforme E3:

Um dos principais desafios é o dever de manter sigilo, que entra em conflito com o princípio da transparência. Às vezes o profissional se encontra em um ambiente político onde existe muita pressão por favorecimento ou benefícios que vão de encontro aos princípios morais. Para enfrentá-los é necessária a busca permanente por atualizações sobre as normas vigentes, para fortalecer o senso crítico e manter a autonomia profissional. É fundamental que o secretário executivo adote uma postura firme e coerente com os valores da Administração Pública, prezando pela legalidade e moralidade, sem perder a eficiência.

Houve convergência nas respostas das entrevistadas ao ressaltarem que a postura ética dos servidores está diretamente relacionada ao compromisso das instituições públicas com a ética. Observou-se que todas (100%) destacaram que um

ambiente institucional pautado por valores éticos fortalece a responsabilidade individual e orienta a tomada de decisões no cotidiano profissional. Além disso, duas entrevistadas enfatizaram que a ausência de condutas éticas na gestão pública fragiliza a imagem da instituição e compromete a credibilidade do serviço prestado à sociedade. Já uma entrevistada acrescentou que, em contextos onde a ética é priorizada, o sigilo das informações e o respeito à confidencialidade tornam-se práticas mais efetivas e naturalmente incorporadas à rotina de trabalho. Quando indagados a respeito de como a confidencialidade pode ser mantida em um ambiente público onde a transparência é fundamental, os entrevistados destacaram a relevância de compreender o equilíbrio entre esses dois princípios. Para as profissionais, é essencial que o secretário executivo saiba distinguir quais informações devem ser mantidas em sigilo por questões legais ou estratégicas e quais devem ser publicizadas em respeito ao princípio da transparência que rege a administração pública. Conforme E3:

Como profissional, precisamos distinguir o que deve ser mantido em sigilo, tanto por questões legais, como também pela preservação do bom senso, para identificar o que se trata de interesse público e o que deve ser reservado. Muitas vezes a(o) Secretária(o) tem acesso a informações estratégicas que podem comprometer muitas atividades se forem divulgadas em momento inoportuno. A confidencialidade deve observar sempre os princípios da legalidade e publicidade, seguindo além dos preceitos constitucionais o que orienta os demais normativos, a exemplo da Lei de Acesso à Informação.

Nota-se que a percepção da relação entre a confidencialidade e transparência tem como base os princípios éticos, que, quando bem estabelecidos evita comprometer o andamento das atividades, como também, esta é uma relação norteada por Leis e Termos, como sinaliza E1:

A chave está no equilíbrio: enquanto a transparência garante o acesso às informações de interesse público, a confidencialidade deve ser preservada nas etapas internas e estratégicas dos processos administrativos, como na elaboração de editais, análise técnica de propostas ou tratamento de dados pessoais. Isso pode ser feito por meio de normativos institucionais claros, controle de acesso a informações sensíveis e uso de termos de sigilo e

responsabilidade por parte dos servidores envolvidos. Instituição de termo de confidencialidade etc.

Nos demais aspectos analisados, percebe-se uma igualdade nas respostas, com destaque para a ideia de que o profissional que possui princípios éticos bem estabelecidos tende a enfrentar menos obstáculos para manter uma conduta ética no ambiente de trabalho. Esse fator é visto como um elemento facilitador na preservação dos procedimentos éticos inerentes à função secretarial. Em outras palavras, a formação moral sólida, aliada à assimilação e à prática contínua de valores eticamente corretos no exercício da profissão, representa uma base firme que impede o profissional de secretariado de ser influenciado negativamente pela proximidade com o poder. Isso porque suas atitudes são guiadas por valores morais consolidados, que sustentam sua integridade e comprometimento com a ética.

Os entrevistados evidenciaram que ambos os princípios são fundamentais para o desempenho responsável das funções no serviço público. A ética surge como um elemento regulador do comportamento humano, sendo indispensável em contextos em que as ações impactam diretamente a coletividade. Como sinaliza E2:

Esses valores são fundamentais e inegociáveis. São a única forma de garantir que as políticas públicas cheguem efetivamente à população. Trabalham-se diariamente nas atitudes e discursos. É imprescindível escolher pessoas comprometidas com a ética, a confidencialidade e outros valores essenciais à Administração Pública. No entanto, ainda é difícil garantir que todos os agentes públicos compartilhem dessa visão.

E1 também afirmou considerar a ética e a confidencialidade como fundamentos inegociáveis. Em tempos de intensa judicialização e exposição das decisões administrativas, agir com integridade e discrição é mais que uma obrigação legal: é uma demonstração de respeito à sociedade, à função pública e ao interesse coletivo. Esses princípios garantem legitimidade, eficiência e credibilidade à atuação do servidor.

Garantir a ética e a confidencialidade nas interações do secretário executivo com superiores, colegas e cidadãos em um ambiente público exige a adoção de práticas conscientes e alinhadas aos princípios da administração pública, como legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Esses fundamentos

devem orientar não apenas as ações do profissional, mas também sua postura diante de situações que envolvem decisões sensíveis, informações estratégicas e relações interpessoais no exercício da função. Segundo E2:

Importante ter compromisso ético e exigir o mesmo de toda a equipe. Esse compromisso é com a RES (coisa) pública e tem que ser multidirecional, em direção a todas as relações. Obviamente que nas interações internas espera-se o mesmo compromisso dos demais agentes. As atitudes antiéticas devem ser combatidas a todo custo, inclusive se proveniente de superiores.

A responsabilidade no comportamento e nas relações profissionais do secretário público, necessariamente, precisa estar alinhada independente se será uma relação interna ou externa, com superiores ou colegas. Compartilhando do mesmo raciocínio, E1 afirma

:

Para garantir uma atuação ética e comprometida com a confidencialidade, o secretário executivo deve manter condutas pautadas no respeito à legalidade, ao interesse público e à impessoalidade. Isso se traduz em comunicações institucionais transparentes, linguagem técnica e objetiva, tratamento igualitário de todos os interlocutores – sejam superiores, colegas ou fornecedores – e especial zelo com o conteúdo das informações compartilhadas. É também essencial documentar todas as decisões e manter registros formais das interações que envolvem processos sensíveis.

Desse modo, pode-se definir que o respeito, comprometimento, responsabilidade e uma linguagem clara, transparente e objetiva, com um tratamento igualitário são as práticas precisas para a interação dos profissionais dentro do ambiente público.

Ao serem convidadas a refletir sobre como a ética e a confidencialidade, se podem ser integradas na cultura organizacional de uma instituição pública e quais são os benefícios dessa integração, os entrevistados destacaram, a começar de E1:

A ética e a confidencialidade não devem ser práticas isoladas de servidores pontuais, mas integradas à cultura organizacional da entidade. Para isso, é necessário o exemplo da alta gestão, a difusão de códigos de conduta, a realização de treinamentos periódicos e a valorização de condutas éticas nos processos avaliativos. Os benefícios são expressivos: instituições públicas

com cultura de integridade atraem, em tese, fornecedores mais qualificados, minimizam riscos de fraudes, fortalecem sua legitimidade e tornam seus resultados mais efetivos e sustentáveis.

A compreensão dos princípios éticos e confidenciais deve partir e estar enraizados na cultura da instituição pública, sendo praticado, de maneira primordial da alta gestão, para que assim possam ser enfatizados pelos demais servidores. Em um outro ponto de vista, E3 pontua a importância da conscientização e capacitação:

Por meio da conscientização, que deve ser incentivada através de capacitações, além da revisão de regulamentos internos que apontem para uma conduta coerente com a postura que se espera do profissional ético. Outra forma é manter canais de denúncias, como ouvidorias, para que a Administração tenha conhecimento de posturas incorretas e que possa inibir os comportamentos que se desviam do trabalho correto. Outra forma é a valorização das boas práticas existentes na Administração. Quando integradas à Cultura da Instituição, a ética e a confidencialidade promovem um ambiente que transmite mais confiança ao cidadão.

Todavia, por mais que partam de pontos de vistas que se diferem, os entrevistados concluem com ideias semelhantes acerca dos benefícios de uma cultura ética e confidencial dentro da organização, que é o aumento da confiabilidade da instituição pública.

Ao serem questionados sobre como enxergam a importância da ética e da confidencialidade na atuação profissional, os entrevistados evidenciaram que ambos os princípios são fundamentais para o desempenho responsável das funções no serviço público. Conforme E2:

Fundamental na área de atuação. Inegociável. É a única forma de garantir que as políticas públicas cheguem à população para resolver os problemas definidos na agenda. São valores trabalhados diariamente nas mínimas atitudes e no discurso cotidiano. São condições que devem estar enraizadas no agente, por isso a importância de se escolher pessoas comprometidas com a ética e a confidencialidade e outros valores importantes na administração pública. Hoje ainda é difícil garantir que todos os agentes públicos pensem assim.

Partindo da com a mesma linha de raciocínio, contribuindo e enfatizando com a fala acima, E1 cita:

Enxergo a ética e a confidencialidade como fundamentos inegociáveis da minha atuação profissional. Em tempos de intensa judicialização e exposição pública das decisões administrativas, agir com integridade e discrição não é apenas uma obrigação legal, mas uma demonstração de respeito à sociedade, à função pública e ao compromisso com o interesse coletivo. São esses princípios que garantem que o gestor público atue com legitimidade, eficiência e credibilidade.

A partir das respostas obtidas na questão acima, percebe-se que “inegociável” é a palavra-chave ao falar da relevância dos princípios éticos e a confidencialidade na atuação do secretariado executivo quando o mesmo atua como servidor público. Com base nesses dados, a ética e a confidencialidade surgem como elementos reguladores do comportamento profissional no ambiente público, sendo indispensável em contextos em que as ações dos profissionais impactam diretamente a sociedade, os fornecedores, e, principalmente, a administração pública.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo central analisar de que maneira os princípios éticos e a confidencialidade orientam a atuação do secretário executivo no setor público. A partir da fundamentação teórica e da pesquisa de campo, foi possível constatar que ambos os princípios éticos são considerados essenciais e inegociáveis para o exercício profissional responsável, íntegro e eficaz dentro das instituições públicas. A revisão bibliográfica demonstrou que a ética não se trata apenas de um conjunto de normas abstratas, mas de um elemento estruturante das relações humanas e profissionais, especialmente em contextos que envolvem o interesse coletivo, como é o caso da administração pública. Confidencialidade, por sua vez, revelou-se como um desdobramento concreto do agir ético, sendo imprescindível para a proteção de informações estratégicas, para a segurança institucional e para a construção de relações de confiança com a sociedade.

As entrevistas realizadas com profissionais atuantes no serviço público trouxeram contribuições valiosas, ao revelarem os dilemas reais enfrentados pelos

secretários executivos, bem como as estratégias adotadas para manter a ética e o sigilo profissional, mesmo diante de pressões externas, conflitos de interesse e ambientes politicamente sensíveis. Ficou evidente, nas falas das participantes, que a atuação ética e sigilosa fortalece a legitimidade das ações administrativas, melhora a imagem institucional, aumenta o nível de confiabilidade do profissional e contribui para a efetividade das políticas públicas.

Dentre os desafios mais mencionados, destacam-se a tensão entre confidencialidade e transparência, a resistência de alguns colegas ou superiores a condutas éticas e a ausência de uma cultura institucional verdadeiramente comprometida com os valores da moralidade pública. Em contrapartida, os benefícios apontados incluem o aumento da credibilidade da instituição, o fortalecimento da integridade organizacional e a promoção de um ambiente de trabalho mais justo, seguro e confiável.

Portanto, é possível afirmar que o papel do secretário executivo transcende as funções operacionais ou técnicas: trata-se de um agente estratégico na manutenção dos pilares éticos e no zelo pela confidencialidade de processos e informações. Para isso, é indispensável que o profissional esteja constantemente atualizado sobre a legislação, os códigos de conduta e as boas práticas administrativas, e que receba apoio institucional por meio de capacitações, códigos éticos bem definidos e canais de denúncia efetivos.

O trabalho também deixa evidente que a integração da ética e da confidencialidade à cultura organizacional não deve ser uma prática isolada ou de responsabilidade exclusiva do profissional de secretariado, mas sim uma construção coletiva, liderada principalmente pela alta gestão e sustentada por políticas institucionais coerentes. Essa integração é fundamental para a construção de um serviço público mais transparente, eficiente e comprometido com o bem comum.

Em suma, este estudo contribui para ampliar a compreensão sobre a relevância da ética e da confidencialidade na prática do secretariado executivo no setor público, evidenciando a necessidade de formação continuada, consciência crítica e compromisso ético como fundamentos indispensáveis para o fortalecimento das instituições democráticas. Espera-se, com isso, estimular novas pesquisas e reflexões sobre o papel estratégico desse profissional nas engrenagens da administração pública, bem como sobre os caminhos possíveis para a consolidação de uma cultura organizacional verdadeiramente ética e responsável.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, I. R. **Ética geral e profissional**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Ciências Contábeis; Superintendência de Educação a Distância, 2017.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Trad. Leonel Vallandro e Gerd Bornheim. 3. ed. Brasília: Editora da UnB, 1991.

Associação Portuguesa de Serviço Social (2019). Código deontológico dos Assistentes Sociais em Portugal. APSS.

BARDACH, E. S. A practical guide for policy analysis. The eightfold path to more effective problem solving. Washington, D.C.: CQPress, 2009.

BINI, E. T. **Introdução**. In: **Maquiavel**. O príncipe. Comentários de Napoleão Bonaparte. 12ª ed. São Paulo: Hemus Editora Ltda, 1996.

BORTOLOTO, M. F.; WILLERS, E. M. **Secretariado executivo: explanação das principais características que compõem o perfil**. Universidade Estadual do Oeste do Paraná-Unioeste/ campus Toledo, 2001. Disponível em www.unioeste.com.br. Acesso em 22 de julho de 2025.

BRASIL. Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943.

CAMARGO, M. **Fundamentos de ética geral e profissional**. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 34.

CORTELLA, Mario Sergio. *Qual é a tua obra? Inquietações propositivas sobre gestão, liderança e ética*. Petrópolis: Vozes, 2010.

CORTELLA, M. S.; BARROS FILHO, C. **Ética e Vergonha na cara!** São Paulo: Papirus 7 Mares, 2014.

CORTINA, A. M. **Ética mínima: introducción a la filosofía práctica**. 6. ed. Madrid: Tecnos, 2000.

CRESWELL, J. W.; CRESWELL, J. David. **Projeto de pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Penso Editora, 2021.

DOLGOLFF, R.; LOEWENGERG, F. *et al.* **Ethical Decisions for Social Work Practic**. Thomson Higher Education., 2009.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa-3**. Artmed editora, 2008.

FRUNZA, S. Ethical responsibility and social responsibility of organizations involved in the public health system. **Revista de cercetare si interventie Sociala**, 32, 155-171, 2011.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GONÇALVES, H. C.; ERTHAL, P. L. *et all*. A ética na administração pública: importância e desafios a administração pública e a relevância da ética em prol da coletividade. *Caderno Pedagógico, Lajeado*, v. 18, n. 2, p. 45–62, 2024.

MATTOS, H. J. **Brasil, mundo e homem na atualidade**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

LAKATOS, E. V.; MARCONI, M. A. **Metodologia qualitativa e quantitativa. Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2007.

LANG, J. **The Protection of Commercial Trade Secrets**. *European Intellectual Property Review*, v.10,n.3,p.462-471, 2003.

LISBOA, L. P. **Ética geral e profissional em contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1997.

NALINI, J. R. **Ética geral e profissional**. 7. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.

OTALOR, J. I.; EIYA, O. Ethics in accounting and the reliability of financial information. *European Journal of Business and Management*, v. 5, n. 13, p. 73-81, 2013

RODRIGUES, M. C. OLIVEIRA, L. N. **A percepção do código de ética para os profissionais de secretariado executivo: um estudo de caso com os estagiários e graduados da Universidade Federal de Viçosa (UFV)**. *Revista do Secretariado Executivo*, Passo Fundo, n. 8, p. 89-102, 2012. Disponível em: <<https://seer.upf.br/index.php/ser/article/view/3038/2034>> Acesso em: 17 de jun de 2025.

SÁ, A. L. de. **Ética profissional**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

COHEN, C.; SEGRE, M. **Bioética**. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

SILVA, J. O. **Ética e sigilo profissional na atuação do secretário executivo**. 2014. 81 f. Monografia (Bacharelado em Secretariado Executivo) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária, Contabilidade, Secretariado Executivo e Finanças – FEAAC, Fortaleza, 2014.

SOUZA, C. N. **A importância da ética empresarial para o profissional de secretariado**. In: SEMINÁRIO MULTIPROFISSIONAL INTEGRADO DE SECRETARIADO, 12., 2013, Porto Seguro. Anais... Porto Seguro: UFPB, 2014. p. 14. Disponível em: http://www.fenassec.com.br/site/xii_semissec2013_artigos/a-importancia-da-etica-em-presarial-para-o-profissional-de-secretariado.pdf . Acesso em: 27 de jul de 2025.

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Valeriano , João Antônio .

O papel da ética da confidencialidade do secretário executivo em
ambientes públicos / João Antônio Valeriano , Lucas Felix de Medeiros. -
Recife, 2025.

26p.

Orientador(a): Karina Dias Lacerda da Costa

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de
Pernambuco, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Secretariado Executivo -
Bacharelado, 2025.

Inclui referências.

1. ética: conceito geral. 2. ética e o secretariado executivo . 3.
confidencialidade. 4. ética profissional . 5. Importância dos princípios éticos na
gestão pública. I. Medeiros, Lucas Felix de. II. Costa, Karina Dias Lacerda da.
(Orientação). III. Título.

170 CDD (22.ed.)